



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

23/09/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Publicada lei que derruba rol taxativo para cobertura de planos de saúde

Com a publicação da Lei 14.454 no Diário Oficial da União de quarta-feira (21), está definitivamente derrubado o chamado “rol taxativo” para a cobertura de planos de saúde. Assim, as operadoras de assistência à saúde poderão ser obrigadas a oferecer cobertura de exames ou tratamentos que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar.

A norma é oriunda do Projeto de Lei (PL) 2.033/2022, aprovado no fim de agosto no Senado. O texto, que alterou a Lei 9.656, de 1998, estabelece que o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde (Reps), atualizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), servirá apenas como referência básica para os planos privados de saúde contratados a partir de 1º de janeiro de 1999.

Caberá sempre à ANS editar norma com a amplitude das coberturas no âmbito da saúde suplementar, inclusive de transplantes e procedimentos de alta complexidade.

Tratamentos fora dessa lista deverão ser aceitos, desde que cumpram uma das condicionantes: ter eficácia, à luz das ciências da saúde, baseada em evidências científicas e plano terapêutico; ter recomendações da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec); ou ter recomendação de, no mínimo, um órgão de avaliação de tecnologias em saúde que tenha renome internacional. Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 23 de setembro.

Entra em vigor lei com regras para facilitar a contratação de mulheres

Entrou em vigor nesta quinta-feira (22) a Lei 14.457/22, que cria o Programa Emprega + Mulheres, com normas para incentivar a empregabilidade das mulheres.

A lei tem origem na Medida Provisória 1116/21, aprovada pela Câmara dos Deputados no mês passado, e prevê para as mulheres regras mais flexíveis de trabalho e férias, cria o benefício do reembolso-creche, em substituição ao berçário nas empresas, além de medidas de apoio à volta ao trabalho após a licença-maternidade.

O Emprega + Mulheres estabelece também estímulo à ascensão profissional por meio de qualificação em áreas estratégicas e paridade salarial com homens que exerçam a mesma função na empresa.

A nova lei cria o Selo Emprega + Mulher, que poderá ser utilizado por empresas para divulgar ações voltadas à contratação de mulheres.

Por fim, o texto estabelece prioridade para a qualificação de mulheres vítimas de violência e amplia os valores disponíveis para empréstimos a mulheres empreendedoras e trabalhadoras informais.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 23 de setembro.

BC vê risco de inflação com melhora do mercado de trabalho

A melhora do mercado de trabalho pode levar a uma alta da inflação no Brasil, indicou o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central na quarta-feira (21) ao anunciar a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano.

A avaliação é compartilhada por economistas, segundo os quais o país pode estar se aproximando do que seria o nível do pleno emprego —o que pressiona principalmente os preços de serviços.

De acordo com o comunicado do Copom, há risco de "um hiato do produto mais estreito que o utilizado atualmente pelo comitê em seu cenário de referência, em particular no mercado de trabalho". O hiato do produto mede a diferença entre o crescimento potencial da economia e o efetivo, e a situação do mercado de trabalho é um dos termômetros para estimar essa diferença.

Ou seja, com essa avaliação, o BC alerta para o risco de o PIB se aproximar mais de seu valor potencial do que o esperado pela entidade —indicando, portanto, um aquecimento da economia, o que se reflete em pressão sobre os preços. A possibilidade de isso estar acontecendo é sinalizada sobretudo pela melhora do emprego.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 23 de setembro.

Aposentados do INSS vão receber R\$ 1,73 bilhão em atrasados da Justiça

Os segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que ganharam na Justiça o direito à concessão ou revisão de seu benefício previdenciário ou assistencial vão receber R\$ 1,73 bilhão em atrasados de até 60 salários mínimos (R\$ 72.720) da Justiça Federal.

Receberá o dinheiro neste lote quem tem uma RPV (Requisição de Pequeno Valor) —como são chamadas as ações de até 60 salários mínimos— com o pagamento autorizado pela Justiça em agosto de 2022.

O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou R\$ 2,09 bilhões para quitar ações de 197.839 beneficiários em todo o país. Desse total, R\$ 1,73 bilhão será destinado a pagar processos previdenciários e assistenciais, de benefícios como aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros, que somam 88.908 processos, com 113.780 beneficiários.

A data exata em que o dinheiro será depositado em conta bancária depende do cronograma do tribunal responsável pela ação. No caso do TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), o setor responsável pelo pagamento costuma levar cerca de uma semana para concluir o processamento dos valores.

A consulta deve ser feita com o advogado responsável pela ação ou no site do tribunal federal, que mostrará a data em que a ordem de pagamento foi emitida pela Justiça. Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 23 de setembro.

Intenção de consumo das famílias cresce 1,4% em setembro, aponta CNC

O indicador antecedente Intenção de Consumo das Famílias (ICF) subiu 1,4% em setembro, alcançando 84,4 pontos, seguindo a tendência de alta iniciada em janeiro deste ano. O patamar supera em 16,5% o resultado de setembro do ano passado. Os dados foram divulgados hoje (22) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

De acordo com a CNC, o aumento foi influenciado pela melhora do mercado de trabalho. “Com efeito, os indicadores de Emprego Atual e de Perspectiva Profissional permaneceram como os únicos nos quais todas as famílias se demonstram satisfeitas”, ressalta a entidade.

A Perspectiva Profissional subiu 1,4% em setembro, para 103,4 pontos, após a queda de 0,3% registrada em agosto. Na comparação anual, a alta é de 25,3%. Os dados apontam que 47,1% dos entrevistados disseram estar com uma perspectiva positiva para o emprego nos próximos 6 meses.

O segundo componente de maior influência no ICF no mês foi a avaliação da Renda Atual, com alta de 2,1%, para 99,1 pontos. Na comparação com setembro de 2021, o componente subiu 25,6%.

“Contribuíram para isso o aumento do valor do Auxílio Brasil e a recuperação de parte do poder de compra decorrente da deflação de julho e agosto. Para as famílias com renda abaixo de dez salários mínimos, a alta foi inclusive mais expressiva (2,2%), o que corrobora a influência dos programas de renda”, explica a CNC.

Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 23 de setembro.

Petrobras reduz preço do gás de cozinha em 6%

A Petrobras anunciou nesta quinta-feira (22) uma redução de 6% no preço médio do GLP (gás liquefeito de petróleo), o gás de cozinha vendido em botijão. O corte entra em vigor nas refinarias nesta sexta (23). É o segundo consecutivo desde a semana passada.

Com a nova baixa, o preço para as distribuidoras passará de R\$ 4,0265 para R\$ 3,7842 por quilo. Assim, o valor médio do botijão ficará em R\$ 49,19, o equivalente a uma queda estimada de R\$ 3,15 nos 13 quilos.

A Petrobras vem associando as recentes reduções dos combustíveis à trégua dos preços de referência no mercado internacional. Não foi diferente nesta quinta.

Em nota, a estatal afirmou que "busca o equilíbrio dos seus preços com o mercado, mas sem o repasse da volatilidade conjuntural das cotações e da taxa de câmbio".

No dia 12, a companhia havia anunciado uma baixa de 4,7% no gás de cozinha para as distribuidoras. Porém, como mostrou reportagem da Folha, o valor do botijão nas vendas subiu durante a semana passada, de acordo com a pesquisa de preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 23 de setembro.